

Eliseu anuncia diretrizes no Senado

No seu primeiro contato público com a classe política, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, anunciou ontem no plenário do Senado Federal, as 15 diretrizes do programa econômico que o Governo pretende implementar a partir de agora. As medidas, que priorizam a retomada seletiva do crescimento econômico em consonância com o combate à inflação, pouco diferem do conjunto de 13 diretrizes anunciado em outubro do ano passado pelo então ministro do Planejamento, Paulo Haddad. Demonstrando a segurança de quem passou os últimos oito dias recolhendo informações da equipe econômica de seu antecessor, o ministro Eliseu Resende, que gastou 35 minutos para fazer a sua exposição, apresentou aos senadores um diagnóstico da situação econômica do País e anunciou, com o objetivo de tranquilizar o mercado, que a

política de combate à inflação não prevê a quebra das relações contratuais. "O Presidente da República e o ministro da Fazenda serão uníssomos ao anunciar à Nação as diretrizes e as formulações da política econômica".

Em seu diagnóstico, Eliseu Resende disse que todos os planos econômicos fracassaram porque não deram soluções duradouras para a crise fiscal do setor público. Essa crise foi agravada, segundo ele, por inúmeras razões, entre elas, a Constituição de 1988, que aumentou a transferência de receitas para estados e municípios sem a correspondente transferência de encargos, e o esgotamento das fontes de financiamento do Estado não-inflacionária. "A consequência mais perversa dessa crise foi o agravamento da concentração de renda, com o empobrecimento e a deterioração das condições de vida das

classes menos favorecidas".

Custos — Mesmo frisando que não haverá em sua gestão a quebra de relações contratuais, o ministro disse que será necessário buscar, na administração da dívida pública, a redução dos custos da dívida e a ampliação dos prazos para o pagamento desta dívida. Citando o déficit de Cr\$ 14 trilhões ocorrido em fevereiro, Eliseu Resende fez um relato dramático das contas públicas aos senadores.

Segundo ele, com exceção de 1990 e 1991, o setor público não tem conseguido gerar recursos para cobrir as despesas correntes e o pagamento dos juros de sua dívida mobiliária, estimada em 132 bilhões de dólares (1/3 do PIB). Esta situação, assinala, provoca o aumento da dívida, obrigando o Governo a recorrer ao chamado "imposto inflacionário" para se financiar. Além disso, atrasa, entre outros compromissos do Governo, o pagamento do crédito educativo, da merenda escolar, da pesquisa científica, da rede hospitalar conveniada e de obras prioritárias, como a recuperação da malha rodoviária do País.

Convocado para falar sobre o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que deverá ser votado amanhã em segundo turno no Senado, o ministro da Fazenda pouco falou sobre o assunto em sua exposição, mas admitiu que o novo imposto, que deverá gerar uma receita adicional de 600 milhões de dólares ao mês, é um "tapa-buraco da maior importância" para garantir o equilíbrio das contas públicas. A idéia, garantiu o ministro, e utilizar parte dos recursos do IPMF para resgatar a dívida, com o objetivo de reduzir as taxas de juros. "Não suportamos os encargos (juros) da dívida mobiliária", desabafou.